

Normalistas e meninas de asilo: Origens sociais e percursos de vida no século XIX em Portugal e no Brasil

MARIA JOÃO MOGARRO

mariamogarro@gmail.com

Instituto Politécnico de Portalegre, Portugal

SILVIA ALICIA MARTÍNEZ

silvia-martinez@hotmail.com

Universidade Estadual do Norte Fluminense, Brasil

RESUMO:

O debate educativo, quer em Portugal, quer no Brasil, na segunda metade do século XIX, construiu-se com um leque alargado de temas que tinham o objectivo de desenvolver a instrução e a educação nos respectivos países, mas dois segmentos desse debate interessam-nos particularmente: i) a necessidade de dotar cada um dos países de professores primários verdadeiramente qualificados, criando para o efeito estabelecimentos que assegurassem uma formação especializada, de natureza pedagógica e prática e relativamente longa; ii) a atenção dada a instituições de protecção a crianças e jovens em risco (asilos, orfanatos, casas de recolhimento), no contexto das políticas de protecção social da época, que se fundavam nas ideias de regeneração social e no papel que a educação desempenhava para o progresso e desenvolvimento do país. Na intersecção destes dois segmentos construímos o objecto deste trabalho, ao analisar a origem social das normalistas e o destino profissional das meninas oriundas de asilos, em ambos os países. Metodologicamente, privilegiaram-se fontes educativas primárias, localizadas no Arquivo Nacional Torre do Tombo, para o caso português, e no Arquivo Histórico do Liceu de Humanidades de Campos, para o caso brasileiro.

PALAVRAS-CHAVE:

Modelos de formação, Internato, Género, Educação comparada.

A EDUCAÇÃO DOS POBRES E DESAMPARADOS NA SOCIEDADE PORTUGUESA OITOCENTISTA

A preocupação com a infância desvalida encontra as suas raízes na prática da caridade e nas primeiras instituições de assistência fundadas em Portugal, como é o caso das misericórdias. Contudo, a preocupação em organizar de forma mais sistemática a institucionalização das crianças e jovens desamparados e, conseqüentemente, em risco — pois não tinham família, pai ou adulto que assumisse a responsabilidade da sua guarda, protecção e sobrevivência — conduziu, no final do século XVIII, à criação de uma instituição de referência neste campo, em Portugal, a Casa Pia.

Mas será o regime liberal oitocentista a conhecer um movimento profundo pela beneficência relativamente aos pobres, fracos e desamparados, criando, por iniciativa de associações ou por iniciativa individual, estabelecimentos escolares (asilos, recolhimentos, escolas) que albergavam e davam instrução elementar, assim como formação profissional, às crianças e jovens pobres e desamparadas. Na segunda metade do séc. XIX, havia 41 instituições desta natureza em Lisboa e arredores, assim como outras espalhadas pelo país. Todas tinham sido criadas após 1834, excepto os recolhimentos e a Casa Pia (Costa, 1870, pp. 67-73).

Já na República, Alfredo Alves (1912, pp. 143-144) penitenciou-se do preconceito que tinha alimentado contra os asilos, realçando a sua função

fundamental de acolhimento, protecção e educação ao longo de décadas. Maioritariamente femininos, estes asilos insistiam na execução de tarefas domésticas pelas alunas e no desenvolvimento de competências para bordar e costurar. Em geral, promoviam a produção de artigos, num verdadeiro ensino profissional para rapazes e raparigas, que depois eram vendidos, ajudando à manutenção dos estabelecimentos e dos seus asilados. Preparavam-se os alunos para a vida futura no mundo exterior, havendo uma preocupação pelo destino que seguiriam. No caso das raparigas, geralmente criadas domésticas, costureiras e bordadeiras, as que se tinham salientado nos estudos aspiravam ao exercício de funções educativas.

AS PRIMEIRAS ALUNAS DA ESCOLA NORMAL DO CALVÁRIO, LISBOA

A primeira Escola Normal para o ensino feminino surge em Lisboa, em 1866 e foi instalada no Calvário em edifício que apresentava boas condições higiénicas. Aí continuou a funcionar até 1881, em regime de internato, sem grandes problemas, mas também sem grande brio (Nóvoa, 1987, p. 448). Durante estes anos, 250 alunas frequentaram a escola, tendo 141 obtido habilitação para o exercício do magistério primário (Leite, 1892, p. 19).

Foi possível analisar 225 processos de candidatura para a admissão à Escola Normal do Calvário, de entre as duas centenas e meia referenciadas por Luiz Filipe Leite. Neste conjunto de documentos,

sobressai o número significativo de jovens raparigas que eram originárias dos asilos, recolhimentos e instituições similares e que solicitavam a sua admissão ao curso normal, como pensionistas do Estado (Mogarro & Martinez, 2009a, 2009b). Assim se concretizavam as palavras de Mariano Ghira, Comissário dos Estudos do Distrito de Lisboa (Nóvoa, 2003, pp. 627-628), quando defendia a abertura urgente da escola normal para colmatar as deficiências do ensino feminino e identificava as instituições de onde saíam preferencialmente as normalistas.

Nos recolhimentos do Calvário e da rua da Rosa, no asylo dos orphãos da febre amarella da Ajuda, na casa Pia e ainda em outros asylos, se poderá recrutar bastante pessoal, com vocação e desejo de seguir o curso da escola normal (Ghira, 1866, p. 266).

Uma perspectiva partilhada por D. António da Costa (Costa, 1870, p. 209; Nóvoa, 2003, pp. 418-421). A fase inicial da Escola Normal feminina de Lisboa revela como foi seguida a orientação dos responsáveis pela política educativa: entre 1866 e 1881, mais de metade das alunas que se candidataram à sua frequência tinham passado por instituições de natureza asilar, pois 118 das 250 alunas vinham dessas instituições.

Interessa-nos neste estudo apenas a população feminina originária dos asilos, mas da análise dos processos sobressai o argumento de pobreza utilizado por muitas outras candidatas para apresentarem a sua pretensão ao lugar de pensionistas. Muitas referem ser órfãs de pai (não tendo a mãe meios para sustentar os estudos) ou de ambos os progenitores, referindo situações de verdadeira miséria. Durante estes anos, apenas dez das alunas foram porcionistas, isto é, pagaram a sua formação na escola. As origens sociais da grande maioria das alunas situavam-se nos estratos mais baixos e claramente a frequência da Escola Normal tinha o objectivo de adquirir formação para exercer a profissão de professora. Esta finalidade sobrepunha-se a uma outra — a aquisição de uma “educação doméstica” esmerada, que ensinasse as alunas a serem boas donas de casa e boas mães.

Há uma clara orientação para que as alunas dos asilos que se distinguiram nos estudos transitem para a escola normal. Nesta instituição continua-

riam a viver sob a tutela e protecção do Estado, que as alimentava e preparava adequadamente para o exercício de uma profissão prestigiada e muito mais considerada que outras que lhes estavam destinadas. Para as jovens pobres, nomeadamente para as jovens institucionalizadas em asilos, a Escola Normal representava uma das reduzidas possibilidades de mobilidade social.

As palavras que uma candidata à Escola do Calvário escreve no seu requerimento vão para além do formalismo habitual e evidenciam a consciência desta sua posição específica:

Maria da Conceição Martins, que recebeu sua educação no Asylo de D. Maria Pia, achando-se habilitada (...) para ser admittida na Eschola Normal do Calvário, vem implorar a V.^a Magestade a graça de assim a consentir, *concorrendo para que a menina que foi educada à custa da caridade pública possa ter, na sociedade, uma posição honrosa*. Lisboa, 24 de Agosto de 1880 (ANTT. M.Reino — DGI Pública. Maço 4221. 1880. *Destaque nosso*).

A Escola Normal constituía, pois, uma perspectiva profissional interessante para estas jovens. Ela também configurava uma continuidade e esse aspecto reforçava o conforto com que era encarada: a sobrevivência assegurada pela entidade estatal; o regime de pensionato que isolava as alunas do mundo exterior, numa clausura que as protegia dos perigos e as colocava imersas numa comunidade reduzida e fortemente controlada, mas onde facilmente se moviam, pois tinha muitas semelhanças com a vida de internato que já tinham conhecido no asilo; a formação profissional, não só do ponto de vista literário, científico, pedagógico e profissional, mas também na sua dimensão moral e que implicava um grande domínio das atitudes e dos comportamentos.

ITINERÁRIOS FEMININOS EM PORTUGAL: EDUCAÇÃO DOMÉSTICA E FORMAÇÃO PROFISSIONAL PARA SER PROFESSORA

As alunas da Escola Normal são marcadas pela sua condição social, assim como pela formação que vão receber no curso normal, entre a preparação

profissional, a formação moral e religiosa e a educação doméstica.

A análise dos processos de candidatura forneceu-nos elementos sobre os critérios exigidos para cursar a Escola Normal. Além do requerimento da aluna ou do seu representante, tinham de apresentar atestados de bom comportamento moral e cívico (pela autoridade local), assim como religioso (por um padre, que atestava também a prática dos rituais católicos). As habilitações eram declaradas pelo reitor do liceu onde a aluna realizara exames, e/ou pelos professores que a tinham ensinado ao longo do seu percurso escolar até chegar ao exame de admissão à Escola Normal; em consequência, encontram-se com frequência declarações das mestras e docentes dos asilos. No caso em que já eram professoras, apresentavam o respectivo título de capacidade para o magistério. Era também indispensável o atestado médico e a certidão de nascimento.

As alunas eram ordenadas pela sua classificação, nas provas de admissão, destacando-se no seu perfil características como a inteligência, interesse, capacidades demonstradas, aplicação e experiência anterior, que tivessem adquirido como ajudantes, mestras ou monitoras, muitas vezes nos asilos.

A condição de pobreza é revelada pela situação de asiladas, mas também pela orfandade que deixa a família “reduzida à miséria”, vendo-se as candidatas “na necessidade de trabalhar sem cessar para adquirir os meios de subsistência” (ANTT. Maço 4212.1867). O falecimento do pai leva Maria da Glória Almada a explicar “que vai ajudar a mãe no futuro no tratamento e educação de mais 6 órfãos que lhe ficaram” (Maço 4213.1869).

Apesar da condição de pobreza, destacam-se casos em que as alunas superam os constrangimentos e atingem níveis elevados de desempenho. Carolina Adelaide Lacerda, do Recolhimento do Calvário, deu provas no exame que revelavam “superioridade sobre algumas professoras do Distrito”, assim como exibiu “capacidade (...) e novíssimo desejo de se instruir” (Maço 4213.1869). Em sentido contrário, algumas alunas apresentam deficiente preparação na realização das provas, mas a vocação impôs-se, sendo admitidas.

Outro caso significativo é o de Carolina A. Lima, adoptada por uma professora pública de Rio Maior, e que pretende ingressar na Escola Normal para seguir

a mesma profissão da mãe adoptiva, que aliás já auxiliava durante as aulas.

Não tendo meios alguns de subsistência para o futuro, se sua mãe adoptiva lhe chegar a faltar, pretende seguir a carreira que a dita ama adoptou, e para isso deseja entrar como pensionista do estado na escola normal de Lisboa. Ass: Carolina d’ Assumpção Lima. Rio Maior, 30 de Julho de 1880 (Maço 3221.1880).

No restrito universo da Escola do Calvário vamos encontrar duas visões diferentes do mundo — uma marcada pela vida de internato nos asilos e pelos constrangimentos da pobreza, que constitui um modelo estruturado e que a própria instituição seguirá. Outro, minoritário e subsidiário, que é transportado por alunas que têm referências familiares diferentes e formas de educação mais maleáveis, de cariz burguês. O confronto destas duas formas de vida penalizará as segundas, que não se adaptaram à vida de normalistas e abandonaram a escola.

Catharina Rita e Maria Carlota (...) pediram ao governo de Sua Magestade ser lhes permitido sair daquela escola por não se poderem conformar com o regimento interno aí seguido. Maria Carlota (...) disse que não tinha motivo algum de queixa do modo porque era tratada pela Regente, professoras e alunas, e que desejara sair por se achar com falta de saúde e com saudades de sua família; que se queixava só da alimentação, a qual achava muito diferente da que tinha habitualmente em casa da sua família e sendo pouco o pão que lhe davam (...) A segunda aluna (...) Catarina (...) via que não tinha forças para estudar tanto quanto dela se exigia.

Maria do Rosário (...) [ouvida] sobre os motivos pelos quais ela requerera para sair (...) respondeu que não lhe agradara a alimentação; que lhe repugnava o trabalho de varrer o dormitório, a que a obrigavam de três em três semanas; e que finalmente era penoso estar muito tempo nas aulas (Maço 4215. 1873).

Saudades da família, repúdio do trabalho doméstico (e da educação doméstica no sentido mais manual que a disciplina impunha aos pobres), desagrado com a alimentação e total recusa das tarefas consideradas mais baixas, aliavam-se ao desinteresse pelos estudos. Era a recusa burguesa de um modelo de

formação que a Escola do Calvário tinha em curso e em que pretendia formar profissionais com um perfil específico.

ACOLHER, MORALIZAR, INSTRUIR E EDUCAR NO AMOR AO TRABALHO NO BRASIL OITOCENTISTA

No início do século XIX, a infância abandonada — constituída por crianças órfãs, abandonadas, infractoras e filhos de pais pobres — representava um sério problema para a sociedade brasileira, para a qual “providenciaram-se asilos e reformatórios, instituições moralizadoras, onde o trabalho se constituía em importante recurso pedagógico” (Moraes, 2000, p. 73).

A assistência social da época ficava reduzida àquelas de orientação católica, como a Santa Casa da Misericórdia e as Casas da Roda ou Casas dos Expostos que existiam ao longo das Províncias e que recolhiam as crianças abandonadas. Por outro lado, funcionavam as associações que se mantinham graças à iniciativa de particulares.

Na capital paulista se destacam o *Seminário de Sant’Anna*, asilo para meninos órfãos fundado em 1824, que serviu de modelo para dez outras instituições criadas entre 1840 e 1865 em diferentes capitais das províncias. Extinto em 1868, foi substituído pelo *Instituto de Educandos Artífices* destinado prioritariamente aos filhos de militares, voluntários da pátria ou soldados que tivessem lutado na guerra do Paraguai. Já para as meninas órfãs, em 1825 criou-se o *Seminário da Glória*, único mantido pelo governo da Província de São Paulo, apesar de existirem outros asilos dedicados ao cuidado de meninas órfãs e abandonadas, mantidos por particulares. Até 1870 foi uma instituição leiga, passando a partir de 1871 a uma congregação religiosa, apesar de continuar subvencionada integralmente pelo governo. A maior parte das meninas eram filhas de militares e empregados públicos falecidos. Já em 1876 criou-se, na Escola Normal, uma secção para o sexo feminino que se instalou no pavimento inferior do Seminário da Glória, que apenas funcionou durante quatro anos, para reabrir em 1880 como instituição mista.

Já o asilo da *Mendicidade da Corte* foi criado em 1884 e o *Asilo de Menores Desvalidos*, em 1890, na

mesma cidade do Rio de Janeiro. Na Província de Rio de Janeiro observa-se que dentro da listagem de Estabelecimentos de Ensino subvencionados pelo Estado no ano de 1895 (ERJ, 1895), encontrava-se o *Collegio dos Salesianos*, localizado em Santa Rosa, Niterói, cujo alunado era composto, preferencialmente, por meninos órfãos de pai e mãe e que se achavam em extrema indigência. No referido ano contava com 200 internos, dos quais só 40 eram subvencionados. A instituição compreendia duas divisões, uma de estudantes e outra de artistas.

Outro asilo para meninos existente à época era o *Asylo Agrícola de Santa Isabel*, em Valença, criado pela Associação Protectora da Infância Desamparada. Inaugurado em 1886, atendia 50 asilados e o curso estava composto pelo programa de ensino primário.

Já para a educação das meninas existia o *Asylo de Santa Leopoldina*, em Icaraí, Niterói, que mantinha, no ano de 1895, 125 asiladas. Conduzida por nove irmãs de caridade, seguiam um programa de instrução organizado em três níveis: curso elementar, médio e superior. A instituição contava também com duas salas de costura: a primeira, à qual assistiam 70 asiladas, ensinava a coser, cortar e bordar, tricot, crochet e flores. A segunda sala de costura era frequentada por 50 asiladas, às que lhes ensinavam a marcar, coser, bordar, crochet e crivo. A presença de disciplinas como pedagogia, lições de coisas e caligrafia no curso de nível superior nos faz supor, sobre o destino destas asiladas, que pudessem encaminhar-se para o magistério, público ou particular.

Existia na mesma época outra instituição similar, a *Escola Domestica de N. S. do Amparo*, em Petrópolis, escola feminina fundada pelo padre João Francisco de Siqueira Andrade, esta, sim, explicitamente destinada — conforme os estatutos — a educar e instruir a infância desvalida, com a especial característica que, além de iniciar as meninas na prática do serviço doméstico, as habilitava para o exercício do magistério particular.

No ano de 1895 havia 97 alunas, das quais 37 mandadas admitir pelo governo. As matérias do programa de ensino constavam de história sagrada e doutrina cristã, gramática portuguesa, caligrafia, leitura, aritmética elementar, regras de civilidade, economia domestica, musica vocal, desenho linear, costura e

exercícios culinários, de confeitaria, de lavanderia, de engomagem e de padaria (ERJ, 1895, p. 24).

Por último, dentre as instituições particulares registradas no ano de 1895 encontramos o *Asylo de Santa Izabel*, no Rio de Janeiro, cuja matrícula se elevava a 75 pensionistas, 80 externas, 150 externas da escola gratuita e 75 órfãs. A directora era a “virtuosa” irmã Fagaldi e as alunas se exercitavam em trabalhos de lavanderia, costura e demais prendas próprias do trabalho feminino.

Fica bastante evidente, dadas as características destas instituições que, no contexto social brasileiro da época, a instrução era indicada como o caminho para combater a criminalidade. Através da instrução da população poderiam se obter algumas melhorias quanto aos níveis de civilização e criminalidade existentes. “Esse discurso exprime claramente um dos slogans oitocentistas utilizado na defesa da escola e da escolarização: o de que abrir escolas era fechar prisões” (Villela, 2003, p. 104).

Tirar o povo da ignorância e elevar o nível intelectual e moral da população era uma meta para a qual eram necessárias escolas e professores capacitados.

DOS ASILOS PARA O MAGISTÉRIO, DAS FAMÍLIAS PARA A ESCOLA NORMAL NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DE FINAIS DO SÉCULO XIX

No Brasil, a criação de escolas com o objectivo de formar professores está ligada à institucionalização da instrução pública, ou seja, à implementação das ideias liberais de expansão do ensino primário a todas as camadas da população. A lei de 15/10/1827 manda criar escolas normais em todas as vilas, cidades e lugares mais populosos do Império. Porém, as primeiras escolas brasileiras para a formação de professores só seriam estabelecidas após a reforma de 1834, por iniciativa das Províncias.

A primeira Escola Normal a ser criada foi a de Niterói (Rio de Janeiro), no ano de 1835. Seu currículo compreendia as quatro operações e proporções; língua nacional; ler e escrever pelo método lancasteriano; elementos de geografia e princípios de moral cristã. Essa escola teve curta duração, fechando em 1849 (Villela, 1992), para logo reabrir e fechar

novamente, irrompendo com sucesso, por fim, no período republicano. Situação similar atravessaram as escolas normais criadas nas diversas províncias ao longo das décadas seguintes, sendo submetidas a um processo de criação e extinção, para só terem êxito a partir de 1870, quando se afirmaram as ideias de democratização, obrigatoriedade da instrução primária e de liberdade de ensino (Tanuri, 2000). Muitas dessas instituições tinham carácter precário, limitações financeiras, e muitas vezes funcionando anexas aos liceus, acrescentando apenas ao plano de estudo a disciplina de Pedagogia, o que impedia seu bom funcionamento e uma boa formação aos futuros mestres.

Segundo Tanuri (2000), em 1867 havia somente quatro instituições de ensino normal no país. Em 1883, o número de escolas tinha aumentado para 22. Já após a proclamação da República, em 1889, as escolas normais brasileiras conseguiram se multiplicar e manter, visto que a formação dos professores primários em instituições específicas era uma realidade desejada.

Nesse contexto republicano foi criada em 1894 a Escola Normal de Campos, na província de Rio de Janeiro, pela Lei N.º 164, durante a presidência de José Thomaz Porciúncula. Instalada em Março de 1895, ocupou-se da formação de professoras primárias no norte do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) por quase sessenta anos, formando centenas de professoras.

Ao mesmo tempo, instituição similar foi fundada no sul do Estado, a Escola Normal de Barra Mansa, que teve curta duração, sendo extinta no ano de 1900. A Escola Normal de Niterói sofreu algumas mudanças na época de criação da de Campos, sendo ambas as instituições públicas e oficiais de formação de professores da Província do Rio de Janeiro por longas décadas. É bom frisar que a assistência à classe não era obrigatória por aqueles anos iniciais, sendo que os alunos podiam se submeter a exames livres.

A análise de 28 processos de alunas aprovadas no exame de admissão para o ano de 1898, observando idade, origem e responsável pela matrícula de cada aluna revela que eram do sexo feminino, e a maioria tinha entre 14 e 15 anos. Observa-se que a maioria das solicitações era feita pelo pai, sendo que duas foram feitas pela mãe, outra pelo irmão e duas pela avó, uma das quais através da letra do seu

filho, o posteriormente professor do Liceu de Humanidades de Campos, Viveiros de Vasconcellos, que alegava que sua mãe não poderia redigir o pedido para a admissão à instituição da sobrinha por ser analfabeta.

Por aqueles anos a matrícula nas instituições do Estado do RJ era gratuita, o que impede observar o número de candidatas que pediam isenção de taxa e que poderia reflectir o nível sócio-econômico das aspirantes. Entretanto, dos pedidos de matrícula analisados, observa-se que havia dentre eles professores e profissionais liberais, e que alguns usavam o tratamento de Doutor.

A partir destes dados, reafirmados pela trajetória familiar de algumas professoras formadas pela escola em questão, como o caso de Antonia Ribeiro de Castro Lopes, pertencente às elites agrárias, que solicitou pedido para prestar exame vago das matérias dos primeiro e segundo anos em 21 de novembro de 1898 (vide Verbete Antonia Lopes, em Mignot & Martínez, 2002), e, ainda, seguindo a análise de Pessanha (1997), podemos afirmar que as alunas da Escola Normal de Campos deviam provir de famílias de proprietários rurais empobrecidos que mudaram para as cidades para ocupar cargos na burocracia do Estado, de famílias de profissionais liberais ou dos que trabalhavam na administração privada; e, por outro lado, poderiam ser filhas de antigos trabalhadores rurais que tinham fugido do trabalho manual — simbolicamente ligado à escravidão — e que atraídos pela e para a cidade trabalhavam no pequeno emprego como bancos, escritórios ou como funcionários do Estado.

Por outro lado, em relação às alunas órfãs que estudavam nas instituições de caridade, observa-se, à época, um claro encaminhamento para o magistério, dispensando os estudos na Escola Normal, como no exemplo da *Escola Domestica de N. S. do Amparo*, em Petrópolis, RJ, apresentada acima.

Na província do Rio de Janeiro, a finais de século XIX, a entrada directa no magistério era possível graças à ambiguidade da legislação. A mesma lei que criou a Escola Normal de Campos e a de Barra Mansa, paradoxalmente, veio permitir “a investidura da função pedagógica independentemente da frequência da Escola Normal”, o que levou o director da Escola Normal de Niterói a reclamar perante os superiores — ao tentar explicar a drástica redução

de alunos na escola que dirigia, no ano de 1895 — que com essa decisão acabava-se “substituindo o tirocínio (aprendizagem), geralmente reputado indispensável, por provas esparsas de capacidade” (ERJ, 1895, p. 13). O Director da Instrução Pública, citando e concordando com as apreciações do director, critica a possibilidade de, com esta medida, “admitir o falso principio de que para a formação do professor é dispensável o tirocínio das Escolas Normais, podendo-se abrir mão da graduação lógica dos estudos que aí se fazem” (ERJ, 1895, p. 13).

Como conclusão, pode-se afirmar que a profissão de professora era, no contexto analisado, desejável para mulheres de determinada classe social, no caso, mulheres pobres e sem família, com uma perspectiva de ascender socialmente ou não decair para um meio de vida não decente (Pessanha, 1997).

Para um número importante das normalistas oitocentistas, diferentemente, a instrução na escola normal representava um modelo possível de educação feminina, a introdução no mundo da cultura geral necessária à formação e à distinção da sociedade tradicional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Observa-se em ambos os países processos diferenciados de formação e de ingresso no magistério na segunda metade do século XIX.

Em Portugal, as alunas da primeira escola normal feminina eram, na sua maior parte, oriundas de meios sociais desfavorecidos, tendo muitas sido acolhidas anteriormente em asilos, orfanatos e recolhimentos. As professoras deviam dominar os *saberes* específicos da sua profissão, e neles se incluíam os *fazeres* próprios da mulher. Este perfil era enquadrado por um forte sentido moral, religioso e ético, exigido à entrada da Escola e que devia ter continuidade no seu interior. Ser professora implicava a capacidade para dominar todas estas dimensões, num processo de formação marcado pelo *projecto total* da escola para socializar as suas alunas segundo estes parâmetros fortemente disciplinares (Foucault, 1996). O regime de internato colocava-as na completa dependência da instituição (Goffman, 1968) e, tendo sido transportado do mesmo modelo que vigorava em muitos asilos, adequava-se facilmente

ao perfil das jovens que já tinham vivido e estudado em ambientes similares.

No Brasil existia certa heterogeneidade, tanto de modelos de formação nas escolas normais como de alunado. As normalistas vão paulatinamente tornando-se a maioria, o trabalho docente não se constitui no objectivo primordial das alunas: a formação para o magistério possibilitava dar continuidade aos estudos que as tornaria melhores “mães” e “esposas”, ao lhes possibilitar aceder a conhecimentos até então reservados aos homens, apesar de muitos dos cursos normais apresentarem programas aligeirados de cultura geral.

No caso brasileiro, as alunas dos asilos consideradas mais aptas não eram orientadas para a escola

normal, mas directamente para o magistério primário, público ou particular, representando da mesma forma uma possibilidade digna de exercer uma profissão, ascender socialmente e não correr riscos de cair na vida, ao assegurar uma posição social, independente e honrosa.

Em ambos os países observa-se que as Escolas Normais representavam a continuidade do controlo social sobre as jovens, reforçando a sua formação moral, assim como atitudes e condutas correctas, a par do sentido de missão e dos conhecimentos próprios da profissão.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, A. A. (1912-13). Asilos femininos I e II. In *Anais da Academia de Estudos Livres*, 4-5, pp. 7-8.
- ANTT — Arquivo Nacional da Torre do Tombo (1865-1882). Ministério do Reino. Direcção Geral de Instrução Pública. *Escolas Normais. Calvário e Marvila*. Maços 4211 a 4223.
- COSTA, A. (1870). *Instrução nacional*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- ERJ — Relatórios do Governo do Estado (1895). Relatório do Diretor de Instrução Pública Alberto de Oliveira, ao Secretário dos Negócios do Interior e Justiça.
- FOUCAULT, M. (1996). *Tecnologías del yo*. Barcelona: Paidós.
- GHIRA, M. (1866). *Relatório sobre a visita de inspecção extraordinária às escolas do districto de Lisboa feita no anno lectivo de 1863-1864 e estatística das mesmas escolas no anno de 1864-1865*. Lisboa: Typographia da Gazeta de Portugal.
- GOFFMAN, E. (1968). *Asiles. Études sur la condition sociale des malades mentaux et autres reclus*. Paris: Éditions de Minuit.
- LEITE, L. F. (1892). *Do ensino normal em Portugal*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- MIGNOT, A. C. V. & MARTÍNEZ, S. A. (2002). Antonia Ribeiro de Castro Lopes. In M. L. FÁVERO & J. BRITTO, *Dicionário de Educadores no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/ MEC-Inep-Comped, pp. 89-96.
- MOGARRO, M. J. & MARTÍNEZ, S. A. (2009a). Unprotected girls and teacher training in Portugal in the second half of the 19th century. *Paedagogica Historica, International Journal of the History of Education*, 45, 1 & 2, pp. 117-128.
- MOGARRO, M. J. & MARTÍNEZ, S. A. (2009b). Os primeiros estudantes do Ensino Normal: Origens sociais e formação de professores na segunda metade do século XIX em Portugal. In J. PINTAS-SILGO & L. SERRAZINA (orgs.), *A Escola Normal de Lisboa e a Formação de Professores: Arquivo, História e Memória*. Lisboa, Colibri / Centro de Investigação em Educação / Escola Superior de Educação de Lisboa, pp. 61-78.
- MORAES, C. S. V (2000). A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, 15 (nov-dez), pp. 70-96.
- NÓVOA, António (1987). *Le temps des professeurs. Analyse sócio-historique de la profession enseignante au Portugal (XVIII-XX)*. 2 volumes. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica.
- NÓVOA, A. (dir.) (2003). *Dicionário de Educadores Portugueses*. Porto: Asa.
- PESANHA, E. (1997). *Ascensão e queda do professor*. 2^aed. São Paulo: Cortez.
- TANURI, L. (2000). História da Formação de Professores. *Revista Brasileira de Educação*, 14 (mai/jun/jul/ago), pp. 61-88.
- VILLELA, H. (1992). A primeira Escola Normal do Brasil. In C. NUNES (org.), *O passado sempre presente*. São Paulo: Cortez, pp. 17-42.
- VILLELA, H. (2003). O mestre-escola e a professora. In E. LOPES; L. FARIA FILHO & C. VEIGA (orgs.), *500 anos de Brasil*. 3^a ed. Belo Horizonte: Autêntica, pp. 95-134.

